

CIVILIZAÇÃO DO AÇÚCAR NO BRASIL

Eng. *Gileno Dé Carli*

Chefe da Secção de Estudos Económicos
do Instituto do Açúcar e Alcool

A Cana de Açúcar Nos domínios da cana de açúcar o que liga o homem à paisagem, é a água, é o rio. Artéria por onde se escoam as produções de açúcar, é ainda o elemento essencial para as rodas d'água dos engenhos banguês e para as necessidades das máquinas.

No Brasil a cana de açúcar começou o seu domínio à beira mar, refletindo-se quasi no oceano. *Itamaracá* uma ilha ubérrima no litoral pernabucano, *Igarassú* a cidade das igrejas centenárias, *Goiana*, à margem de um braço de mar, com seus velhos templos e seus sobrados que denotam ainda um esplendor e um fausto notáveis, *Olinda* a cidade dos monges e dos jesuítas, *Ipojuca* um resto de cidade açucareira que não conseguiu progredir, *Cabo*, ao lado do cabo de *Santo Agostinho*, com suas várzeas de massapê, *Serinhaém*, no alto de uma colina, dominando o mar, circundada de terras feracíssimas e palustres, *Barreiros*, extremo sul dos municípios pernambucanos, tôdas essas terras de cana se debruçam no mar e por essas terras num primeiro movimento de irradiação se espalhou a cana de açúcar.

Depois, a palmo e palmo, a cana caminhando rio acima, ia civilizando a terra, incorporando-a definitivamente ao europeu. Foi a conquista primeira do *hinterland* brasileiro.

O açúcar era a riqueza do século do descobrimento e continuou sendo a maior cubiça dos dois séculos subsequentes. De forma que sendo ambicionado o Brasil como colônia de produção de açúcar, o homem que vivia na cana e da cana de açúcar formou-se num ambiente de resistência. E num meio que êle plasmava a seu modo, em que a autoridade emanava do poder que lhe conferia a posse de um domínio de extensões desmedidas, em que o açúcar era a base da economia colonial, forçosamente, onde a cana de açúcar predominasse, aí criaria uma civilização.

Em Pernambuco e na Baía, a cana crioula e a cana caiana imperaram, dando um sentido à economia colonial, e monopolizando depois a política brasileira até o momento de aparecer uma cultura que dominasse em intensidade e valor, a cana de açúcar.

Tivera o Brasil até o aparecimento do café como potência na nossa economia, surtos isolados de culturas que temporariamente predominaram sem que conseguissem, deslocando o eixo económico, o desvio do eixo político-cultural.

De fato a cultura do fumo, a única além da cana de açúcar que mereceu um estudo de Antonil —, tivera uma relativa prosperidade no Brasil colonial, porém, era a cultura do pobre, cultivada em pequenos

sítios e raramente se encontram produtores que “recolhiam cada ano três mil e quinhentos ou quatro mil arrobas”.

Da mesma forma, o algodão sendo a lavoura do sitiante, do meeiro, do rendeiro, do trabalhador rural, só raramente conseguiu sobrepujar o açúcar, como em Pernambuco, em 1817, onde o “pão para os ricos e a mandioca para a classe indigente vinham de fora e compravam-se por preços muito elevados”, de acordo com o que informava em sua correspondência oficial, o encarregado dos negócios e cônsul geral da França, coronel Maller.

Mas faltava ao algodão a característica da economia profunda, radicada, civilizadora e constante. O algodão, o fumo, a farinha de mandioca, o cacau, o mate e a borracha são culturas flutuantes, que esporadicamente exercendo influência no Brasil, limitando-se quasi tôdas a determinadas zonas geográficas, não conseguem criar um ambiente, uma fisionomia como a criada pelo açúcar até o segundo reinado, e pelo café. De tôdas essas culturas somente a mandioca teve maior expansão geográfica, sendo a mais rústica de tôdas as nossas culturas. Sempre foi espontaneamente a cultura do pobre. Só coagido o rico, o proprietário rural, o senhor de engenho, se dedicavam à sua cultura. A cultura da mandioca teve uma irradiação de área somente comparável com a da cana de açúcar. Poder-se-ia dizer ser a mandioca a irmã pobre da cana. Sobre o Brasil inteiro há manchas de sua cultura, nas terras mais fracas dos engenhos, nas planícies, nas encostas, nos morros, nas partes mais distantes do banguê, e as covas de mandioca se espalhavam nos engenhos e nas fazendas. Era uma cultura desprezada.

Nos pequenos sítios, na pequena lavoura, ela foi, como ainda é, a cultura genuinamente do pobre. Há zonas em que se toma o termo “mandioqueiro”, como sinônimo de estado social baixo, em contraste com o sentido nobiliárquico de “senhor de engenho”.

E' a mais triste, a mais rústica e a mais pobre de tôdas as culturas e assim, jamais logrou qualquer ascendência, mesmo em pequenas zonas. Não existe um traço civilizador, uma característica qualquer que haja dado a mandioca, renome, ostentação, riqueza e ascendência. Sempre humilde jamais pesou na balança comercial do Brasil ou influiu por força do seu valor nos destinos políticos do país.

Assim, com a hegemonia absoluta nos destinos do país, o açúcar imperou durante três séculos. Até que um dia apareceu o café, um desvirginador de terras mais terrível que a própria cana de açúcar. O café foi um grande devastador de florestas, um saharizador. A mobilidade de suas áreas de cultura traçou um aspecto *sui-generis*, de decadência, nas zonas que cansou. As cidades que floresceram quando a riqueza e a uberdade do solo atendiam às exigências da cultura civilizadora, começaram a decair quando a onda verde emigrou. O café foi o mais bandeirante dos paulistas, um criador de cidades.

Onde a mata era abatida, onde a queima reduzia tudo a cinza e emergia como por encanto um cafezal novo, nas terras virgens do *hin-*

terland, uma cidade nova nascia, progredia, se avantajava. E de zona em zona, com essa procura de terra boa — a terra roxa — o café atendia ao seu destino de civilizador, de criar na terra americana a maior fisionomia agrícola do mundo.

Mas, de fato, apesar do nomadismo do café, êle foi e é o grande elemento civilizador do Brasil. O açúcar perdendo a supremacia econômica, cedeu ao café o monopólio quasi, da economia nacional. E data de longe essa luta pela supremacia. Começa pouco depois do alvorecer do século XIX. Pelos dados estatísticos poder-se-á verificar o ponto quasi exato em que começou a se processar a queda do açúcar e a ascensão do café.

E com essa ascensão, pela primeira vez na história do Brasil, o café deslocando o eixo econômico do Norte para o Sul, transmudou também, o eixo cultural e político.

Tornou-se o açúcar um elemento de valor na economia brasileira, porém um produto que tendo deixado de influir nas trocas internacionais, não canalizando ouro, perdeu a influência preponderante nos destinos econômicos e políticos do país. A economia brasileira que vivia antigamente dos valores da exportação do açúcar, depois do deslocamento do eixo econômico para o Sul, vive quasi dos valores do café. E' uma fatalidade que não diminua o Nordeste açucareiro, mas que o põe na dura realidade de inferioridade econômica. Faltou ao Nordeste a revolução técnica em todos os setores de sua atividade açucareira.

A Terra e a Cana de Açúcar

Em relação à terra, no Brasil, a cana de açúcar começou com o grande domínio açucareiro, desde doações de 500 braças até 10 léguas, 50 e 200 léguas. A princípio, com os altos preços do açúcar dos séculos XVI e XVII, houve uma reação da pequena propriedade contra a dominação do latifúndio açucareiro. Mas as pequenas explorações agrícolas no Norte, em breve foram absorvidas pela grande propriedade e no Sul, também tiveram o mesmo destino.

Em Pernambuco encontramos em pleno século XVI até a dificuldade do sesmeiro de desmembrar a propriedade doada. De fato, em 1577, a senhora D. Jerônima de Albuquerque e Sousa, capitã e governadora da Ilha e Capitania de *Itamaracá*, conferiu licença a Boaventura Dias, para vender a metade de sesmaria das terras doadas no *Capibere-mirim*, no vale de Goiana.

Houve, com efeito, um certo interesse do governo metropolitano de impedir o açambarcamento dos pequenos proprietários pelos grandes detentores do poderio rural. Tanto que no Regimento dos Governadores do Estado do Brasil, no capítulo 24, há o intuito louvável de alargar a colonização, declarando que "se não dê a alguma pessoa tanta quantidade de terras que não podendo cultivá-la redunda em dano ao bem público".

Nas Ordens Régias dos Governadores de Pernambuco existe uma medida que não temos ciência se foi executada. No intuito de corrigir a irradiação da grande propriedade, de impedir a absorção da pequena propriedade e finalmente com o objetivo de aumentar a fortuna pública com uma mais equânime divisão de terras, terras doadas sem o supervisionamento do crescer da economia rústica, e, por último para diminuir a ambição do latifundiário de possuir desmedidas extensões territoriais, sem culturas, sem trabalho agrícola, sem criação, em abandono absoluto, somente para satisfação de sua vaidade de ser um grande senhor de engenho, el-rei, em data de 20 de Janeiro de 1699, ordenou que qualquer pessoa que denunciasse numa sesmaria sítios ou terrenos incultos e despovoados e isto pudesse comprovar, sumariamente fôsse dado ao denunciante até um total de três léguas de comprimento e uma de largura ou légua e meia em quadro, e que o excedente fôsse doado a quem procurasse. Já o panorama nos princípios do século XIX era o do fraccionamento da grande propriedade doada pelo excesso de terras devolutas e escassez de colonizadores, com um regime de média propriedade, em que o engenho vai num máximo até légua e meia ou duas léguas, nas zonas nitidamente úmidas, portanto civilizadas, nas regiões de transportes mais fáceis, portanto povoadas. A própria grande propriedade das doações originárias foi se desagregando, pela repartição entre herdeiros. Nem se poderia conceber que nossa evolução social tendesse para outra orientação, desde que o intercâmbio social e econômico requeriam aproximação. E o latifúndio era a separação, era o deserto. Daí o contraste de uma terra despovoadas, com a densidade de população nos engenhos banguês, verdadeiras vilas. Daí a sensação terrível do isolamento e insignificância do homem ante um ambiente de segregação. A média propriedade encurtou a distância entre as casas-grandes dos engenhos de açúcar e aproximava-se bastante de um tipo ideal, para a época, das dimensões das terras agrícolas.

Mas durante o século XIX, iniciou-se no Brasil um novo ciclo açucareiro, com a usina, e processou-se o progressivo depauperamento econômico do banguezeiro. Essa decadência tinha o sentido de tragédia, porque representava o aniquilamento de um ciclo de esplendores, com o açúcar bruto, sêco ou melado, em que o engenho de bêtea ou a vapor, era o expoente da industrialização do interior brasileiro. Engenho das entrosas, das almanjarras, das rodas d'água dos engenhos copeiros e meeiros, da maquinazinha a vapor, de poucos cavalos, com seus tachos abertos impregnando o ar com o cheiro de melado; com a casa de purgar, onde pinga a pinga, se enchia o tanque com a matéria prima para a bebida do negro, a aguardente; secador de açúcar ao sol, cheirando a mel, vida ativa, vida fácil; de repente o cenário se transmuda, desparecendo a faina industrial, e muitas vezes o senhor de engenho, o engenho, a roda d'água, os tachos abertos, a bagaceira, o cheiro de mel queimado, a fumaça preta dos boeiros de 10 metros, a casa grande de terraço amplo, a igrejinha onde o melão de São Caetano e a tiririca

implantam o seu domínio sôbre as cousas abandonadas. E' a queda do senhor de engenho, o qual através de mais de três séculos de poder absoluto, vencendo os donatários, os governadores, os vice-reis, os bispos e os jesuítas, êle, que fundou uma civilização, que criou uma fisionomia e um clima no Nordeste, que se enobreceu, que plasmou uma sociedade em que entrava como elemento eugênico de alto valor, que semeou pela miscigenação desbragada uma melhoria do tipo étnico pelo *hinterland* brasileiro, êle, que foi fator de progresso, que trabalhou, que fez trabalhar, que organizou o trabalho, a economia, chega ao ocaso do segundo império, ao seu próprio ocaso.

E' que um novo ciclo se iniciava, e com êle, se regressava violentamente para o latifúndio.

Houve um tempo em que ser usineiro era ser estrategista: ciência que requeria conhecimento absoluto da topografia de todos os engenhos circunvizinhos. E para impossibilitar a passagem do concorrente que iria buscar cana mais além, no âmbito econômico de outra usina, se processou em tôdas as zonas açucareiras do país uma verdadeira vertigem pela posse da terra. Uma luta de subsistência, luta de vida e de morte, contrastando com o que idealizara o Barão de Lucena, em Pernambuco, tornou o usineiro de açúcar um insaciável possuidor de engenhos.

Engenho comprado era logo tentaculado, ligado à usina pela estrada de ferro de bitola estreita ou de um metro. Significava a posse. O desmoronamento do engenho banguê e muitas vêzes da casa grande. O ambiente, a fisionomia se descaracterizavam. A faina industrial se extinguiu. Restava só, a monotonia do verde dos canaviais, rasgados pelas linhas férreas da usina. O engenho perdeu até o nome. Chamam-no roça, sítio, fazenda, capitania, secção. Foi absorvido. Integrou-se na grande propriedade. Desapareceu.

A estrada de ferro foi que proporcionou de uma maneira assustadora a ampliação do grande domínio rural, tal como em Cuba. E' de dever ressaltar que contribuiu bastante para essa irradiação da posse da terra, a necessidade crescente de lenha, sempre pouca para as fornalhas das usinas.

O transporte e garantia do combustível foram levando as ferrovias de córrego a dentro, atravessando chapadas, furando grotas, grimpendo serras, cortando morros em busca de lenha e de novas terras.

Em Pernambuco, apesar da grande linha férrea da "The Great Western of Brazil Railway" que liga Recife às duas capitais dos Estados limítrofes do Norte e Sul, e ao sertão, atravessando a quasi totalidade da zona açucareira do Estado, possuem no entanto as usinas 2.106 quilômetros de ferrovia particular. Das 60 usinas em funcionamento, no Estado de Pernambuco, somente 14 pequenas usinas, meio-aparelhos, não possuem êsse meio de transporte. Usinas como a Catende, ligada à Great Western, por onde recebe parte de sua matéria prima,

possue 152 quilômetros de rede particular. Igualmente ligada à Great Western está por exemplo, a Usina União e Indústria que possui 114 quilômetros de estrada de ferro. E como nessas usinas, se repetem em quasi tôdas as zonas, a dependência e a escravização dos engenhos cortados pelas linhas de ferro, à usina. Não que essa dependência humilhe o engenho por ficar de fogo morto, mas o que é desolador, é o exemplo repetido da transmissão da propriedade. A estrada de ferro não se contentando com a transformação da fisionomia do engenho, exige e obtém a transformação social. A usina venceu.

Economia açucareira E gradativamente foi evoluindo a indústria sacarina do país, sacudida temporariamente em crises enormes e outras vêzes conseguindo auferir altos lucros, jogando a economia dos usineiros em altos e baixos, porém conquistando com um trabalho intenso e digno de admiração, a construção de um grande parque açucareiro no Brasil. E após pouco mais de meio século, a indústria açucareira se apresenta com um total de 295 usinas. Classificando os diversos Estados produtores de acôrdo com o volume de safra, segundo a limitação em relação ao número de sacos por usinas, verificamos:

Estado do Rio	73.879 sacos por fábrica
Pernambuco	73.768 " " "
São Paulo	62.770 " " "
Alagoas	60.785 " " "
Baía	42.973 " " "
Minas Gerais	15.871 " " "
Sergipe	9.140 " " "

Computando-se os dados dos sete grandes Estados produtores de açúcar, encontraremos uma média geral de 48.455 sacos por usina de açúcar. Se por um lado tão baixa produção por fábrica denota, no geral, uma fraca eficiência, e um período anterior à verdadeira industrialização, por outro lado, porém, não chegamos ao estado de angústia do restante da indústria açucareira do mundo, onde o problema se torna muito mais complexo, pois Reunion tem uma produção média de 67.122 sacos por fábrica, Maurícia 80.826 sacos, Argentina 87.864, Trindade 188.405 sacos, Perú 227.425 sacos, Java 248.217 sacos, Austrália 257.100 sacos, Cuba 280.974 sacos, Pôrto Rico 357.640 sacos, Hawai 375.640 sacos e finalmente Filipinas 439.835 sacos por fábrica de açúcar. Por todos êsses números que exprimem realmente o grau de aperfeiçoamento técnico e eficiência, deduzimos quão mais simples é o problema no Brasil, onde a riqueza açucareira está muito mais distribuída e onde há muito maior número de produtores, diminuindo assim — porque se espalham — os onus que o combate à súper-produção requeira da produção. Porém essa maior distribuição da produção, fatalmente teria de aumentar o custo de fabricação, porque quanto maior a produção — em idênticas condições de fabricação — menor o seu

custo unitário. E basta meditar que a distribuição da produção por fábrica no Brasil é inferior a de Hawai, 87 % e a das Filipinas 88,9 %.

Raciocinando ante os números acima, temos de convir que o Brasil terá de evoluir para a grande indústria açucareira, aperfeiçoando as grandes usinas atuais, sem porém absorver a terra, agrupando as pequenas usinas em forma cooperativa, sem monopolizar a produção entre poucos, para que se possa usufruir o benefício duma relativa boa-repartição da riqueza açucareira.

A Usina e o homem Vejamos agora a relação da usina com o homem. Situemos sem receios, o homem dentro do latifúndio, o trabalhador rural em frente à usina, preso à fatalidade dos salários baixos, vítima maior da monocultura canavieira.

Com a decadência do senhor de engenho, uma outra classe — a do trabalhador rural — ingressava num estado de maior decadência ainda. A abolição modificou a situação social do trabalhador escravo, mas a escravização econômica do homem continuou. A literatura dos congressos açucareiros sempre alude à miserabilidade dos homens do campo, porém inocuamente, literariamente. Uma das conclusões da Conferência Açucareira de Recife, em 1905, reza que “os patrões devem ter particular cuidado em que seus operários tenham excelentes condições de conforto — se trate da alimentação, do vestuário, ou do domicílio, no interesse de ter à seu serviço a máquina humana melhor aparelhada para a função”. Mas não era somente na zona monocultora de Pernambuco, que a penúria dos salários rurais reduzia um dos sustentáculos da indústria açucareira do Brasil. O salário baixo era uma contingência da grande cultura. Um outro testemunho oficial da situação confirma que “os nossos operários agrícolas infelizmente vivem quasi que em estado primitivo, sem aspiração, sem comodidade, limitando-se ao pequeno salário, impossível de satisfazer às vitais necessidades próprias e de sua família, por isso mesmo, êles tornam-se maus auxiliares da lavoura, e cogitam de meios de enganar o patrão ou de morar nas terras públicas devolutas, onde passam uma vida errante, caçando, pescando, bebendo e enfim — entregam-se à ociosidade. Por outro lado os proprietários, em grande maioria, tornam-se indiferentes à sorte de nossos trabalhadores, que tudo fazem maquinalmente, ruim e sob o jugo do mando. Os salários pouco haviam melhorado em comparação com o dos últimos anos do século XIX. No Estado do Rio nessa época, os salários rurais iam até 800 réis e raramente a 1\$000. Em Pernambuco os salários eram de 400 a 480 réis e raramente 600 réis. Os preços do açúcar de Usina, então, oscilavam no Rio de Janeiro, de 1\$800 a 2\$414 a arroba. Também nessa época os preços de 1 quilo de açúcar mascavado bruto era de 120 réis; 1 côco, 60 réis; 1 quilo de farinha de mandioca, 35 réis; 1 litro de fava, 100 réis; 1 litro de feijão, 250 réis; 1 litro de milho custava 58 réis e finalmente 1 litro de aguardente de mel, 60 réis.

De então até hoje os preços de açúcar sobem, após, vem o ciclo de crise, para um posterior ressurgimento. As pequenas usinas de capacidade de 200 a 300 toneladas diárias foram sendo substituídas por usinas maiores, cada vez mais perfeitas, atingindo grande perfeição técnica. Surgem as Centrais dominando sobreanceiramente propriedades imensas. A racionalização dá elementos de resistência às crises que atingiram a indústria açucareira. E apesar de toda boa vontade dos Congressos Agrícolas fazendo inscrever em suas conclusões a resolução de ser melhorada a sorte dos trabalhadores, jamais foi cogitação governamental fazer integrar toda essa massa operária numa situação mais adequada à sua condição humana. O produtor, êsse, ora atingido pela desvalorização dos preços, desvalorizava o salário rural, ora com saldo elevado, melhorava suas fábricas, ampliava seus latifúndios e esquecia lamentavelmente a máquina humana que deveria ser "melhor aparelhada para a função". No decênio de 1914 a 1923, o aumento anual do custo de vida foi em Pernambuco de 10,57 %, no Estado do Rio de 9,86 % e na Baía de 6,19 %, enquanto o aumento anual de salários quasi paralelamente se eleva no Estado do Rio e na Baía, em Pernambuco se rebaixa em 71,7 %. Essa disparidade tem que ter um motivo real e profundo que escapando à análise rápida, vá se entroncar na fatalidade econômica e geográfica que localizando no Nordeste a cana de açúcar, impôs como medida de êxito a própria desgraça do homem, o qual sendo legalmente livre, vive entretanto miseravelmente. Chegamos assim, hoje em dia, com o problema do salário mais agravado. E como consequência dêsse nível baixo do valor do trabalho, a sub-nutrição das massas rurais é uma afronta aos nossos foros de civilização, e principalmente da civilização açucareira.

Civilização erigida na América, sendo inegavelmente no tempo, um dos paradigmas de civilização americana. Porém muito distanciado, mesmo hoje, da comparação das duas civilizações ocidentais: — da Europa e da América. Se "a Europa desperdiça os homens e economiza as cousas e a América gasta as cousas e economiza os homens", na civilização americana do açúcar o homem é anulado, se perde. Não porque haja perdido aquele motivo de vangloria do francês de produzir com personalidade, não, que com a técnica moderna de produção desapareça completamente "uma certa concepção de homem, associado no nosso pensamento à própria idéia de civilização" mas por se tornar um autômato mal pago, mal nutrido, insatisfeito, trabalhando deficientemente, recalcadamente irado, pela contingência do seu próprio viver. Como índice da sub-nutrição do homem que trabalha nos campos de cana de açúcar, basta citar que em 1849, em Pernambuco, "o jornal médio de um homem é 640 réis; o homem socialmente considerado, é a reunião de três pessoas: marido, mulher e filhos; e o primeiro é quem suporta o máximo do trabalho, o trabalho de permuta que a todos vai suprir. Supondo que cada um coma uma libra de carne por dia, não passando esta de dez patacas a arroba, em carne gastará 300 réis; se ajuntarmos 80 réis de farinha, e 20 réis de lenha, teremos que o homem

gasta em comida 400 réis por dia". Não houve nenhuma melhoria no gasto *per capita* do trabalhador da zona açucareira do Nordeste. E hoje como naquele tempo "a carne seca, o peixe seco e salgado e a mais das vezes arruinado, a farinha sem goma, a má comida, a má dormida, a má casa, a fazenda arruinada, são os produtos que consomem o pobre; além da diminuição que é obrigado a fazer para acomodar-se". E durante quasi um século, após esse estudo, o homem mais se enraizou à fatalidade econômica da monocultura e do latifúndio. Perde-se dentro dele. Amesquinha-se, se entorpece. Definha. Definha porque quasi não come, porque tem que trabalhar a baixo salário. Num inquérito que eu mesmo procedi entre trabalhadores da Central Leão Utinga, Usina Santo Antônio e Usina Capricho, no Estado de Alagoas, usinas que pela grande, média e pequena capacidade, dão uma média da potência econômica e produtora, encontrei números que seria criminoso guardar pelo receio de poder ferir susceptibilidades. Aliás, os números e resultados que encontrei nas três usinas nortistas retratam a fisionomia do trabalho em quasi tôdas as zonas açucareiras do país. Com as fichas que compús em 1934, ter-se-á uma impressão do nível de vida do nosso trabalhador livre. Tomando em consideração as principais despesas de alimentação em seus valores de aquisição, tomando em consideração os gastos com aguardente e fumo, finalmente cheguei a uma dolorosa conclusão quando verifiquei o estado do nível e o número de filhos em função do salário, pois que a apuração envolvendo 113 pessoas — o trabalhador e sua família — houve um gasto mensal de 353\$200. Quer dizer, um gasto diário de 50\$457, ou um gasto *per capita* de 446 réis. E mais incrível se deduzirmos os vícios. Encontraremos 413 réis. E se consignarmos unicamente os gêneros de alimentação, encontraremos um gasto *per capita* de 395 réis.

Considerando a alimentação em função das necessidades energéticas do organismo, calculei o valor em calorias de cada produto alimentar e concluí que se o trabalhador tem uma despesa energética de 6.587 calorias e de receita 2.095 calorias, é evidente que existe um déficit de 4.492 calorias, equivalendo a uma diferença de 68 %. Isto é uma prova insofismável da sub-nutrição em que vive o trabalhador rural que precisa ser melhor amparado, mais nutrido, para poder ser eficiente. Porque, onde poderia o trabalhador da indústria açucareira buscar ânimo e forças para poder se apresentar na vida com outro aspecto, além desse "de saco vasio se pondo em pé?" Daí o seu aspecto, a sua saúde, a sua índole, a sua deficiência de trabalho. Sem o negro escravo, dizem, seria impossível uma cultura à européia, na colônia de produção. Sem a miséria do trabalhador rural vivendo muitas vezes em choupanas de palha ou barro, esburacadas, sem piso de tijolo, sem água, sem higiene em suma, não poderiam por acaso, existir essas esplêndidas centrais, símbolo da absorção e do industrialismo. Para a vitória da máquina na indústria açucareira se amesquinhou, se diminuiu, se desprezou, se anulou o homem. Para a redenção do homem, seria incrível a destruição da máquina. Indagar-se-á, porque é um sub-nutrido o trabalhador rural?

por causa da indolência, por causa da falta de organização, pela ignorância. Mas, se não trabalha porque não come, se não trabalha porque é doente, se não come porque não trabalha, o que de positivo é necessário que se diga, é que é interessar êsse homem apático à terra, melhorar o seu *standard* de vida, libertá-lo de uma escravidão que amanhã, a incuria, o desprezo, a má vontade ou medo de encontrarmos solução para problemas dessa natureza terão, além de dias amargos, pesadas consequências para o nosso êrro.

Esse é um aspecto da situação do homem que vive na cana e da cana de açúcar, ganhando uma média por dia, em Pernambuco 2\$750, em Alagoas 2\$780, em Sergipe 2\$940, na Baía 3\$290, em Minas Gerais 4\$100, em Campos 4\$164 e em São Paulo 6\$193.

Quer dizer que os salários em Minas Gerais, Campos e São Paulo são respectivamente superiores aos de Pernambuco em 49 %, 51 % e 121 %. A média dos salários dos trabalhadores rurais no Nordeste açucareiro é de 2\$940, enquanto que a média obtida no sul é de 4\$819, o que representa uma diferença de 1\$178 ou 40 %.

A razão dessa diferença reside, entre outras causas, na localização geográfica dos custos de produção do Nordeste, longe dos mercados de distribuição e consumo.

R a c i o n a l i z a ç ã o Daí percebe-se claramente a diretriz do industrial-agricultor, de racionalizar sua produção. Há a necessidade premente de baixar o seu custo.

Entre as diferentes zonas produtoras no Brasil existe um grande esforço de tornar o custo de produção da tonelada de cana tão barato, que o preço do transporte fique anulado. O Norte, geograficamente se acha em situação de inferioridade ante os grandes consumidores — Distrito Federal, São Paulo e Rio Grande do Sul, enquanto os produtores sulistas entregam o açúcar ao consumidor na porta, quasi sem onus. Campos, mesmo, leva uma grande vantagem de sua localização, perto do Distrito Federal, concorrendo tenazmente com o Norte na colocação do açúcar.

Para o produtor sulista basta que o lucro por sacco de açúcar seja o do transporte e demais despesas de exportação, ou a diferença delas em relação às do Norte, para que a indústria açucareira seja um lucrativo negócio. De forma que o produtor nordestino tendo que enfrentar tão forte concorrente, tem de acelerar a racionalização de sua produção.

O exemplo frisante dessa orientação é o da esplêndida usina alagoana, Central Leão Utinga, uma das maiores e mais perfeitas usinas do Brasil, que conseguiu uma média nas despesas de salários por sacco de açúcar, num quinquênio, de 1\$309.

Na parte agrícola nota-se também o sentido da racionalização, pois o custo da tonelada de cana, nessa usina, em 1932/33 foi de 13\$267,

dando um lucro por tonelada de 3\$161; em 1933/34 de 13\$441, dando um lucro de 9\$599; em 1934/35 de 11\$525, com um lucro de 11\$475 por tonelada, representando um lucro total de 1.087:000\$000. Causa naturalmente admiração a capacidade de organização de uma usina modelo como a Central Leão, que conseguiu através de sua técnica agrícola, com boa semente, com trabalho agrícola sob base científica, com adubação e irrigação, um rebaixamento tão considerável no custo de produção da tonelada de cana, a ponto de equipará-lo aos de Campos e São Paulo. Mas o que causa certa estranheza é que com tão grande lucro agrícola, não houve nenhuma melhoria no *standard* de vida do trabalhador rural. Concorreu esse lucro, somente para a ampliação dos seus domínios territoriais na zona da Mata de Alagoas. A Central Leão acaba de absorver as usinas Pau Amarelo e Esperança, desmanchando as duas fábricas, com um limite de produção de 82.000 sacos, e com tôdas suas zonas agrícolas, chegaríamos assim a um resultado paradoxal: a racionalização da produção é fator de ampliação do latifúndio açucareiro.

Mas, indagar-se-á porque não reagiu o Nordeste em pêso, — a clássica região canavieira —, à perspectiva de ter de assistir, pela segunda vez, ao deslocamento de outro eixo de produção — o da produção açucareira? Eis a explicação que eu encontro:

Quando do início dos trabalhos de seleção e cruzamento da cana de açúcar nas diversas zonas canavieiras do universo, em Pernambuco, um agricultor, senhor de engenho, geneticista por intuição, assegura a Pernambuco a primazia na América do Sul da obtenção de canas por via sexual e talvez a prioridade no mundo, de plantio extensivo de canas assim obtidas.

De fato, o Sr. Manuel Cavalcanti de Albuquerque, senhor do engenho Cachoeirinha, situado no município de Vitória, depois de uma série de estudos, conseguiu em 1894 uma variedade de cana que dominou, anos depois, totalmente os canaviais pernambucanos e alagoanos: a “manteiga”, também denominada “sem pêlo”, envernizada, Cavalcante, Flor de Cuba. O nome mais vulgar é o de “manteiga”, dada sua côr quando atingida a maturidade, sendo arroxeadada quando nova. Os gomos são de mediano comprimento, ocorrendo lascaduras no sentido longitudinal que porém logo cicatrizam. Em memorial apresentado à 2.^a Conferência Açucareira, realizada em Recife, um estudioso da cultura canavieira considera o rendimento agrícola da cana “manteiga” bastante elevado. E’ de tal precocidade, que se houver retardamento na colheita da cana “planta”, já serão encontradas hastes de sócas com alguns gomos.

Considero a decadência ou estacionamento agrícola de Pernambuco, proveniente do imperialismo da “manteiga”. Nos canaviais pernambucanos raramente se encontrava uma outra qualquer variedade. Essa predominância era resultante da rusticidade da variedade e da falsa

vantagem que encontrava o usineiro em receber a cana “manteiga” — considerada cana branca — com uma depreciação de 15 a 20% no valor.

Enquanto tivemos em Pernambuco um surto industrial digno de nota, se não regredimos na técnica agrícola, pelo menos não avançamos. E a demonstração dessa afirmativa está na comparação do volume de produção de 1894 com o dos anos subsequentes. Naquele ano as entradas de açúcar na praça de Recife foram de 194.419.020 quilos e até chegarmos à safra de 1936/37, cuja entrada na mesma praça foi de 150.680.580 quilos, período de 43 anos, verificamos que 26 safras foram de volume inferior ao de 1894 e somente 17 safras superaram aquele volume. Ainda mais, as 23 safras seguintes a de 1894/95, foram sempre inferiores. A média das 23 safras foi de 126.290.167 quilos, sendo a safra de 1894/95 superior 35 % a essa média. E se raciocinarmos com a média geral de todas as safras posteriores a de 1894/95, ficaremos verdadeiramente desolados, encontrando uma média geral de 171.532.062 quilos, o que representa uma diminuição de 11,7 %. Essa média geral, patenteia-nos uma regressão.

Enquanto se processa êsse *impasse* agrícola, a parte industrial se aperfeiçoava. Encontramo-nos hoje, na contingência de ter a fábrica que carregar o pêso morto da lavoura canavieira, cujo rendimento agrícola é inferior a 30 toneladas por hectare e cuja variedade de cana além de enfraquecida, pobre em açúcar, é susceptível ao “mosaico”.

E um incansável batalhador que foi o Dr. Inácio de Barros Barreto, em 11 de Maio de 1911, através das colunas do *Diário de Pernambuco*, chamava a atenção dos poderes públicos para o esplêndido aparelhamento industrial do parque açucareiro enquanto era desoladora a parte agrícola e inculcava “a causa do nenhum aumento verificado do volume da safra, na crescente pobreza da matéria prima que trabalhamos”.

Junte-se à precariedade da variedade da cana plantada, o total desprezo pela parte agrícola. Com a mentalidade criada do enobrecimento automático conferido ao senhor de engenho e não ao agricultor da cana de açúcar, verifica-se a constante preocupação de sempre aparecer o industrial. O fabricante de açúcar e não o lavrador. Não o lavrador na dependência financeira do engenho, mas o próprio lavrador independente. O crédito do senhor de engenho era conhecido pelos preços de escravos, pelas caixas de açúcar produzido, pelos feixes, cunhetes ou barricas de açúcar. Nunca pela extensão dos seus canaviais, pela qualidade das canas, pela racionalização do trabalho, pelo baixo custo de produção. Daí o plano secundário da técnica rural. Daí existir ainda hoje o arado de madeira “Pai Adão” nas terras de massapê do recôncavo baiano. Há a cisma que arado de ferro não presta, porque “não fura a terra, se furar se quebra e se não quebrar a cana não nasce”. Arado de madeira, tosco e pesado. Dez e doze bois para puxá-lo. Pois foi essa mesma rotina, essa falta de conhecimento da terra, êsse pouco ligar aos misteres do campo sempre repugnando à maioria dos nossos

industriais que preferiu ver o açúcar limpo a sair das turbinas ou ensacado em seus armazéns ou nos centros de distribuição e de especulação, a se causticar ao sol tropical, a se molhar debaixo das chuvas pesadas do inverno, a sentir o cheiro de suor das levas de negros e caboclos dos eitos ou o odor esplêndido da terra madura, que nos fez viver mais de 30 anos com uma variedade má, com uma variedade de cana pobre.

Variedade que enfraquecendo, além de pobre em sacarose, acelerou o ritmo do ocaso do Norte. A decadência do Nordeste açucareiro. Não se poderá obscurecer o fulgor do crepúsculo.

Inúmeras variedades foram trazidas, porém tôdas viveram uma vida efêmera nos canaviais do Nordeste. Só a "manteiga" venceu, só a "manteiga" prosperou, fortificou. E mesmo após a debacle das safras atingidas pelo "mosaico" quando em S. Paulo, Estado do Rio, Minas Gerais, Baía e mesmo Alagoas, todos mudam a semente infectada, substituindo-a por cana imune ao terrível mal, o imperialismo da cana "manteiga" estava tão enraizado em Pernambuco, que opõe uma resistência feroz, tenaz e persistente. Somente a pouco e pouco, as novas variedades vão sendo cultivadas.

Deslocamento da produção açucareira Que prejuízo enorme não causa à economia pernambucana êsse imperialismo, que teima em deixar o produtor com tão baixo rendimento cultural, com tão pequeno rendimento industrial, enquanto os outros centros se aperfeiçoando, vão deslocando o centro de gravidade açucareira, do Norte para o Sul.

O deslocamento da produção açucareira tem como um dos fatores o "mosaico" que devastando os canaviais obrigou a importação das variedades javanesas.

O "mosaico" transformou o panorama da produção açucareira no País. A renovação absoluta dos canaviais paulistas e fluminenses e o retardamento da substituição da semente de cana nas lavouras nortistas, provocaram um verdadeiro deslocamento dos centros de produção de açúcar no País.

Unicamente o Estado do Rio de Janeiro era o competidor do açúcar do Norte. Os produtores de São Paulo, voltados para o café, reproduziam o conceito daquele senhor de engenho de Ponta da Baía, que queria exclusivamente plantar cana de açúcar, que dava para tudo, inclusive para comprar farinha de mandioca.

Os produtores tinham o café que dava para tudo, inclusive para a compra do açúcar de Pernambuco ou Alagoas.

Depois veio o drama do café. Drama da moderna economia, o drama da súper-produção do café. Êsse drama, que teve o seu início em 1896, como consequência da alta exagerada dos preços motivada por uma

excessiva e progressiva depreciação da nossa moeda e forçando, uma corrida para o plantio do café, foi mais tarde atenuado pelas constantes valorizações artificiais. Enquanto artificialmente se valorizava a rubiácea, o produtor paulista vivia satisfeito com o que dava o café, que se tornou inteiramente soberano, no quadro agrícola do grande Estado. Daí a morosidade do progresso da indústria açucareira paulista. Se bem que anteriormente a 1925/26 suas safras de açúcar de usina tivessem tido maiores vultos, no entretanto êsse período marca com a debacle nos canaviais afetados de "mosaico" o deslocamento dos centros de gravidade da produção.

Deslocamento da produção açucareira, do Norte para o Sul, como já ocorrera com o deslocamento do eixo econômico do Brasil.

Em 1925/26 as safras de São Paulo, Estado do Rio e Minas Gerais são respectivamente de 155.348 sacos, 861.070 sacos e 82.088 sacos e comparando-as com as safras de 1936/37, isto é, onze anos após que atingiram respectivamente 2.248.370 sacos, 2.615.923 sacos e 408.229 sacos, verificamos que as produções paulista, fluminense e mineira, atingindo então suas maiores safras, apresentam um aumento de 1347 %, 203 e 397 %.

Na mesma safra de 1925/26, o Norte açucareiro, isto é, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, tiveram uma safra de 2.256.285 sacos, 480.731 sacos e 345.667 sacos. Onze anos após, Pernambuco tem uma safra de 2.122.793 sacos, Alagoas de 609.535 sacos e Sergipe de 531.067 sacos. Calculando as posições dos dois extremos dêsse período, verificamos que a produção pernambucana caiu 5,9 %, a alagoana aumentou 39 % e a sergipana 53 %. E' verdade que em anos dêsse período, as produções dêsses três Estados nortistas alcançaram altos níveis. Mas, para não cairmos em erros de uma apreciação dos volumes extremos de um período qualquer, consideremos as médias nas duas zonas: Sul e Norte.

O Sul açucareiro, na média dos doze anos tem um aumento sôbre a safra de 1925/26 de 181% de uma diferença de 41% em relação à safra 1936/37.

E o Norte açucareiro, na média dos doze anos tem um aumento sôbre a safra de 1925/26, de 56% e em vez de uma diferença como no Sul açucareiro, um aumento de 444 em relação à safra 1936/37.

Cada ano de crise no Norte, crise de produção, é um incentivo à produção sulista.

O Norte açucareiro na situação precária em que se encontra, sem a renovação dos seus canaviais, com fraca produção por hectare, com canas pobres em sacarose, com fretes ferroviários e marítimos muito caros, para viver, lutar e não baqueiar, para não se tornar uma ruína, numa zona histórica, um monumento antigo da civilização açucareira que passou, tem que fundar logo em bases sólidas a sua política hidráulica. Pernambuco, Alagoas e Sergipe, precisam água para não viver sob contingências da distribuição das chuvas. Para essa zona despro-

tegida e populosa, zona única litorânea onde o homem pode viver sem emigrar quando vem a calamidade da sêca, zona onde reter água é perpetuar a vida, a riqueza, a estabilidade do trabalhador, nessa zona irrigar, armazenar água, revificar tôda uma grande região que precisa se soerguer, é função de govêrno, é medida de salvação pública.

Se a medidã não for imediatamente tomada, se a solução para o problema máximo do Norte açucareiro — produzir açúcar — for retardada, perderemos definitivamente a hegemonia da produção açucareira como já perdemos a do algodão há pouco tempo e como já perdemos em tempos que já vão longe a supremacia econômica no Brasil, o que correspondeu ao deslocamento do eixo político e cultural.

Teremos principalmente com o fenômeno açucareiro paulista, o deslocamento do centro de gravidade de produção de açúcar do Norte para o Sul.

Aspectos açucareiros de S. Paulo

Qual então o destino do Norte ?

Para se explicar plenamente o atual fenômeno açucareiro paulista, que demonstra a possibilidade de deslocar o eixo da produção açucareira do Norte para o Sul, é necessário caminhar através a sua documentação açucareira, perceber o sentido da civilização que êle criou e ante êsses elementos, ante a evidência de sua argumentação, deduzir num estudo analítico-psicológico até que ponto essa possibilidade de deslocamento se estende.

O Estado de São Paulo praticamente não tem tradição açucareira. Mesmo se se concordasse em dar ao grande Estado a prioridade da fundação do engenho de açúcar, discordando da forte argumentação de Freire Alemão e da prova real do pagamento de dízimos de açúcar pernambucano entrado em Lisboa, aceitando assim a tese de Frei Gaspar de que o engenho São Jorge “foi o primeiro que houve no Brasil, dele sairão canas para as outras capitais brasilicas”, êsse fato teria um valor puramente histórico. Porque em São Paulo o engenho de açúcar não logrou criar uma fisionomia como a do Nordeste açucareiro. Depois da chegada do homem branco no solo paulista, não se fundou uma elite conservadora, estável. O paulista foi bandeirante, enquanto no Norte se fundava uma economia, uma civilização fixando homens, forjando riquezas, apropriando a terra para função reprodutiva.

Em São Paulo em 1548, havia 6 engenhos e ao findar ainda êsse século, a indústria açucareira regrediu.

A partir dessa data a capitania começou visivelmente a regredir, testemunhado êsse atraso, pelo Padre Manuel da Nobrega que atesta que “a Capitania de S. Vicente se vai pouco e pouco despovoandô, pela pouca conta e cuidado que el-Rei e Martim Afonso de Sousa teem, e se vão lá passando ao Paraguai pouco a pouco”.

“Em São Vicente, segundo Bleau, no fim do século XVII o panorama era ainda de atraso. Setenta casas com uma centena de habitantes — portugueses e nortistas. Três ou quatro engenhos de açúcar.

O século XVIII, trouxe uma maior prosperidade para São Paulo e ao findar êsse século a agricultura “acha-se em um progresso muito grande, de sorte que se pode dizer que se acabou a preguiça de que geralmente era acusada a Capitania de São Paulo”.

Só a vila de Itú faz mais de cinquenta mil arrobas de açúcar por ano e vai em aumento.

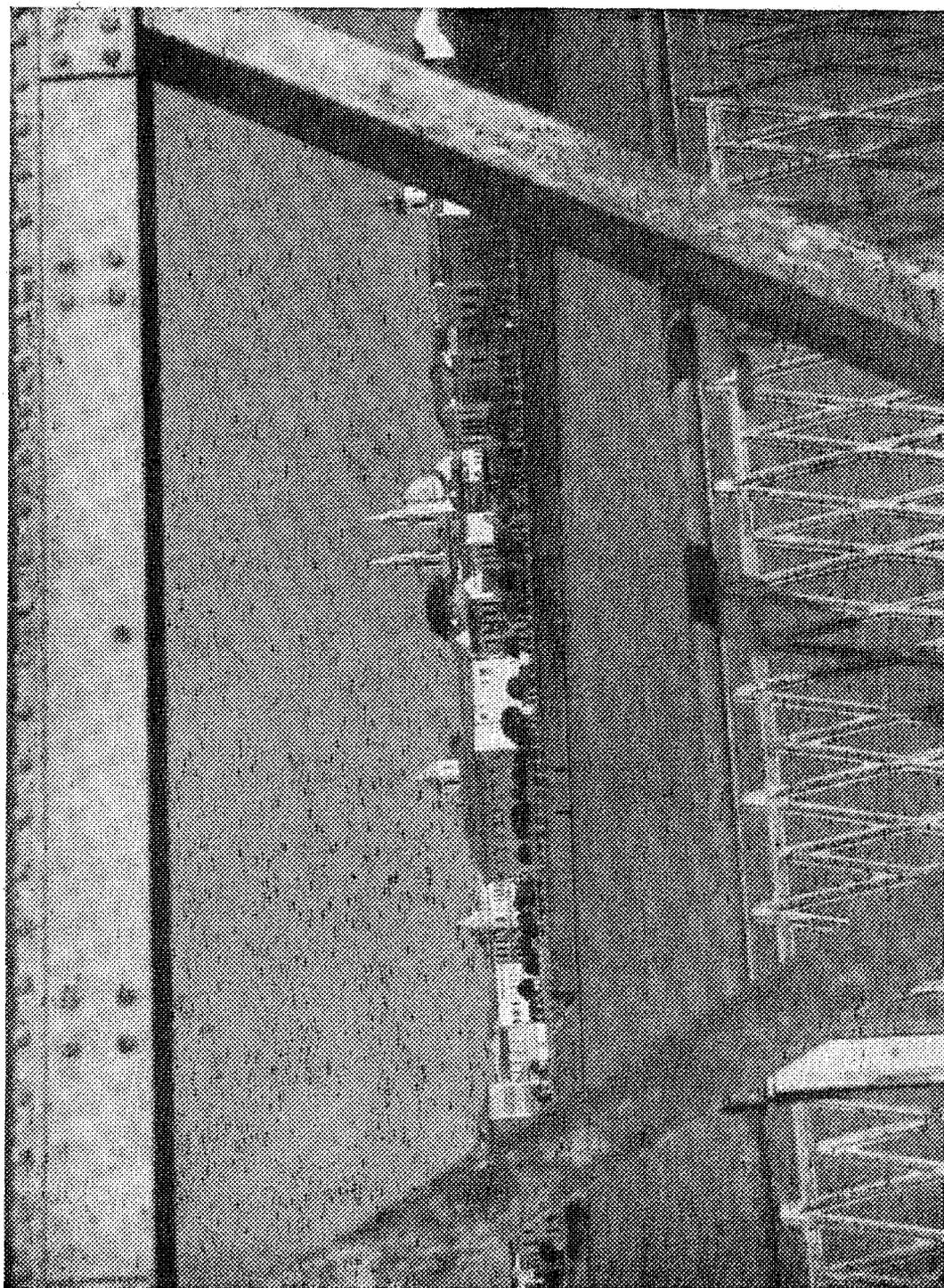
Alguns anos após, em 1807, havia na Capitania de São Paulo 458 engenhos de açúcar e 601 alambiques para aguardente, porém êsses engenhos não se podiam comparar com as grandes fábricas de açúcar bruto dos Estados do Norte, como o engenho Salgado, em Pernambuco, pois “à primeira vista o estabelecimento parece bastante com uma das grandes herdades de Beauce”.

Em São Paulo, em 1818, já quando se notava um surto bem acentuado de progresso, o principal centro produtor de açúcar era Campinas onde havia “no têrmo desta Vila sessenta engenhos, contando com o do fabrico de aguardente; quinze dos quais são movidos por água; e outros muitos se podem levantar por esta maneira cômoda”. Certamente a grande maioria dos engenhos de São Paulo se aproximava dos descritos por Saint Hilaire, em Cachoeira: “A cana de açúcar e o café são os dois produtos que mais se cultivam nessa comarca. Veem-se engenhocas de açúcar mesmo perto de casas que não indicam senão a indigência”. Em todo caso, os engenhos eram em grande número, acusando em 1808 uma produção de 122.993 arrobas de açúcar, em 1818 uma exportação de 578.657 arrobas.

E quando São Paulo começava realmente a se impor como produtor de açúcar, a rubiácea veio tudo substituir, criando uma nova fisionomia, uma outra evolução, uma agigantada estrutura econômica, com o café que se fez além de soberano, um verdadeiro tirano.

Para o café tôdas as atividades se dirigiram, todos os capitais se volveram. São Paulo pouco produziu de açúcar no grande período iniciado com a “febre” do café, bastando citar a sua produção de açúcar em 1888, de 6.000 toneladas.

A característica social formada com o café, em S. Paulo, diferia profundamente da criada com o açúcar no Nordeste. O regime do trabalho, quer no período da escravatura, quer após a abolição, era também de natureza diferente, diferenciação traçada pela diversidade de culturas. Cultura perene do café, cultura periódica da cana de açúcar. E a diversidade de trabalho mais se aprofundou com a imigração, tornando o imigrante, o colono, o plantador, o trabalhador, o elemento braçal para a colheita, recebendo mediante um contrato com o fazendeiro. Enquanto no Norte, o trabalho era — após a abolição — feito pelo assalariado, percebendo uma remuneração insignificante. Êsse quadro permaneceu mais ou menos estável no regime de exploração agrícola das duas culturas. A indústria açucareira evoluiu no sentido da



Recife — Rua da Aurora. Foto apanhada da ponte “Boa Vista”



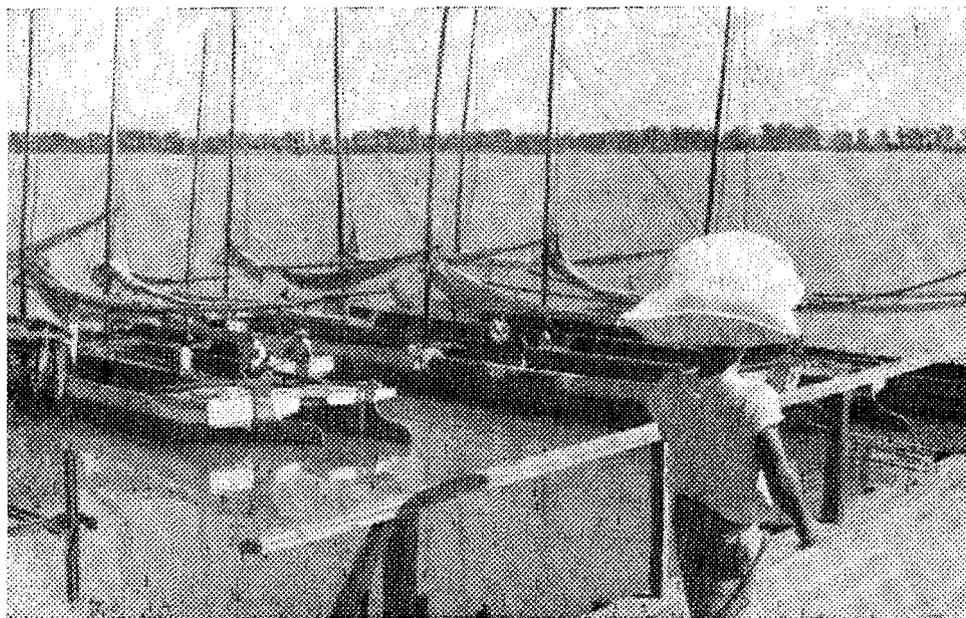
Contribuição feminina no corte do canavial

Cortadores de cana





Limpeza do terreno, depois da colheita

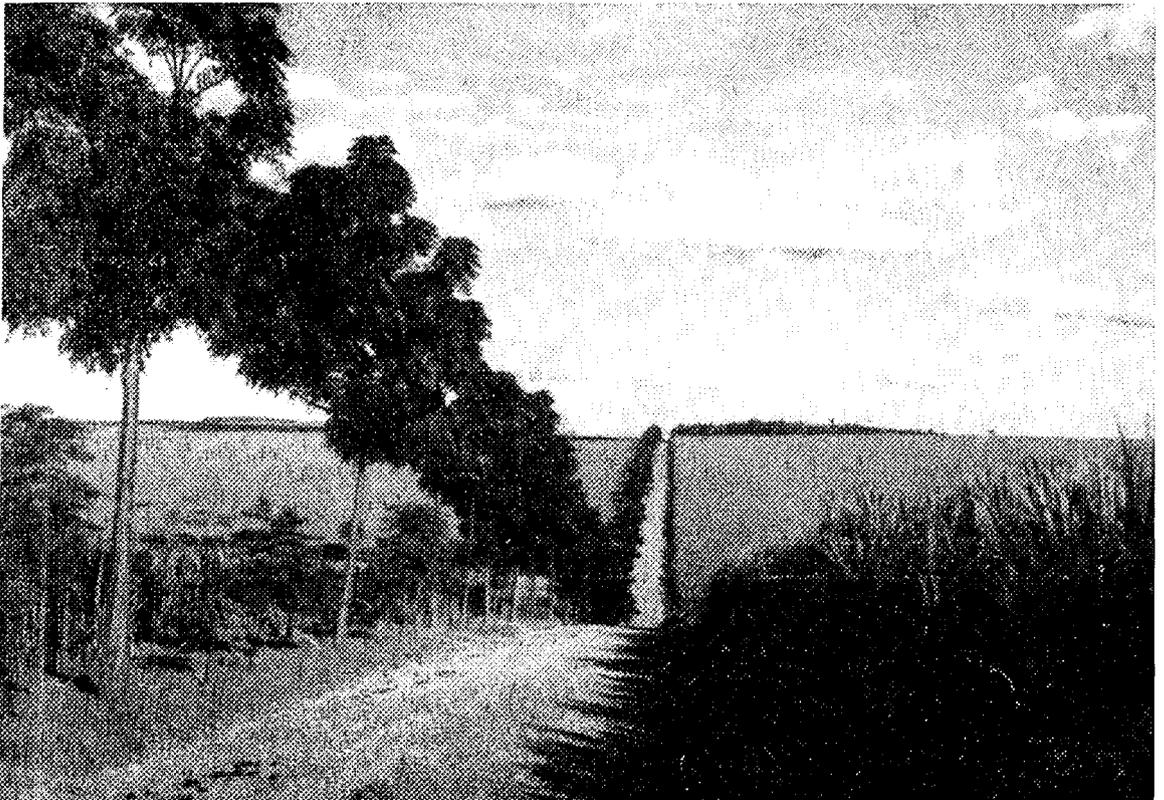


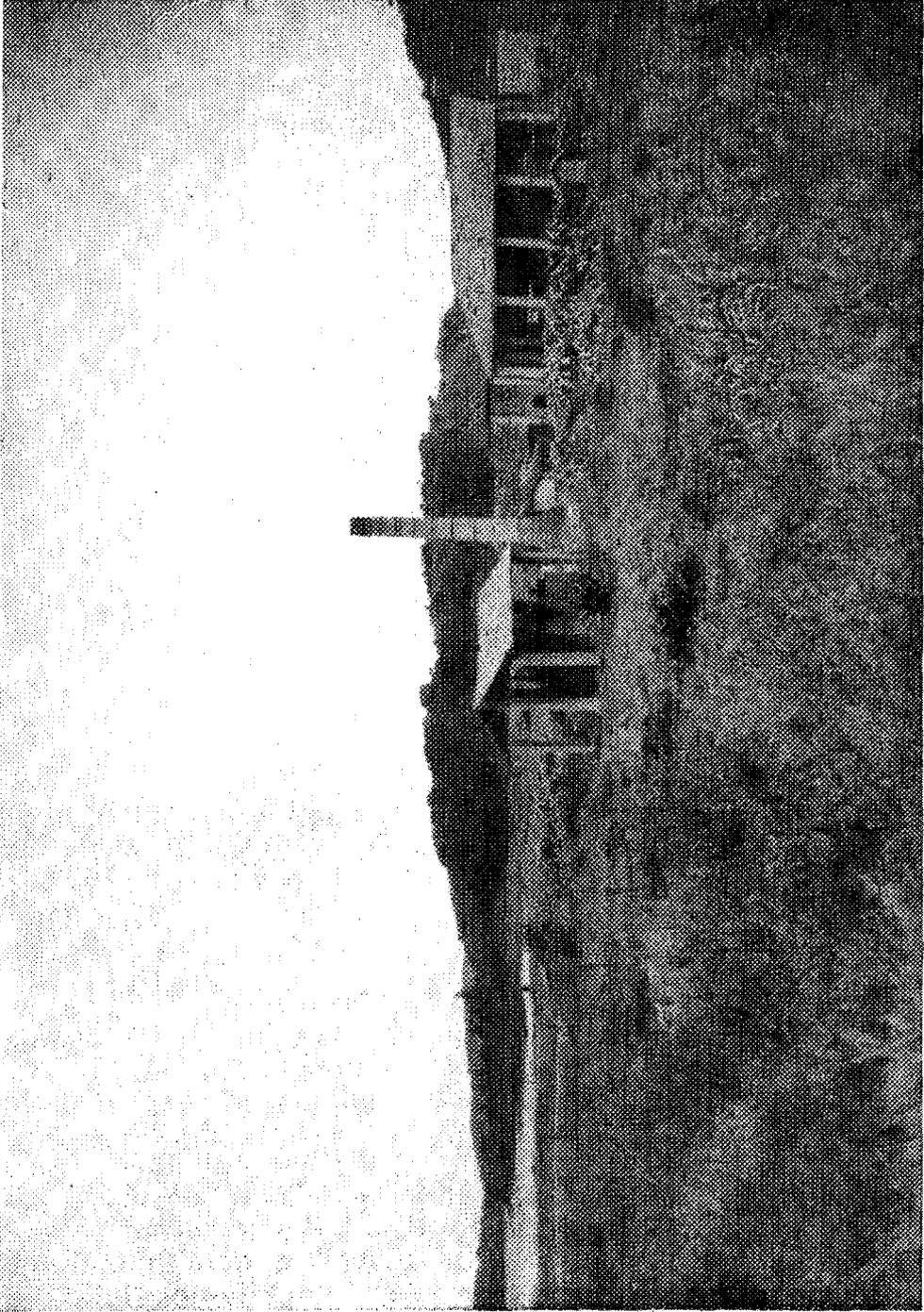
Transporte do açúcar da usina para o pôrto de exportação



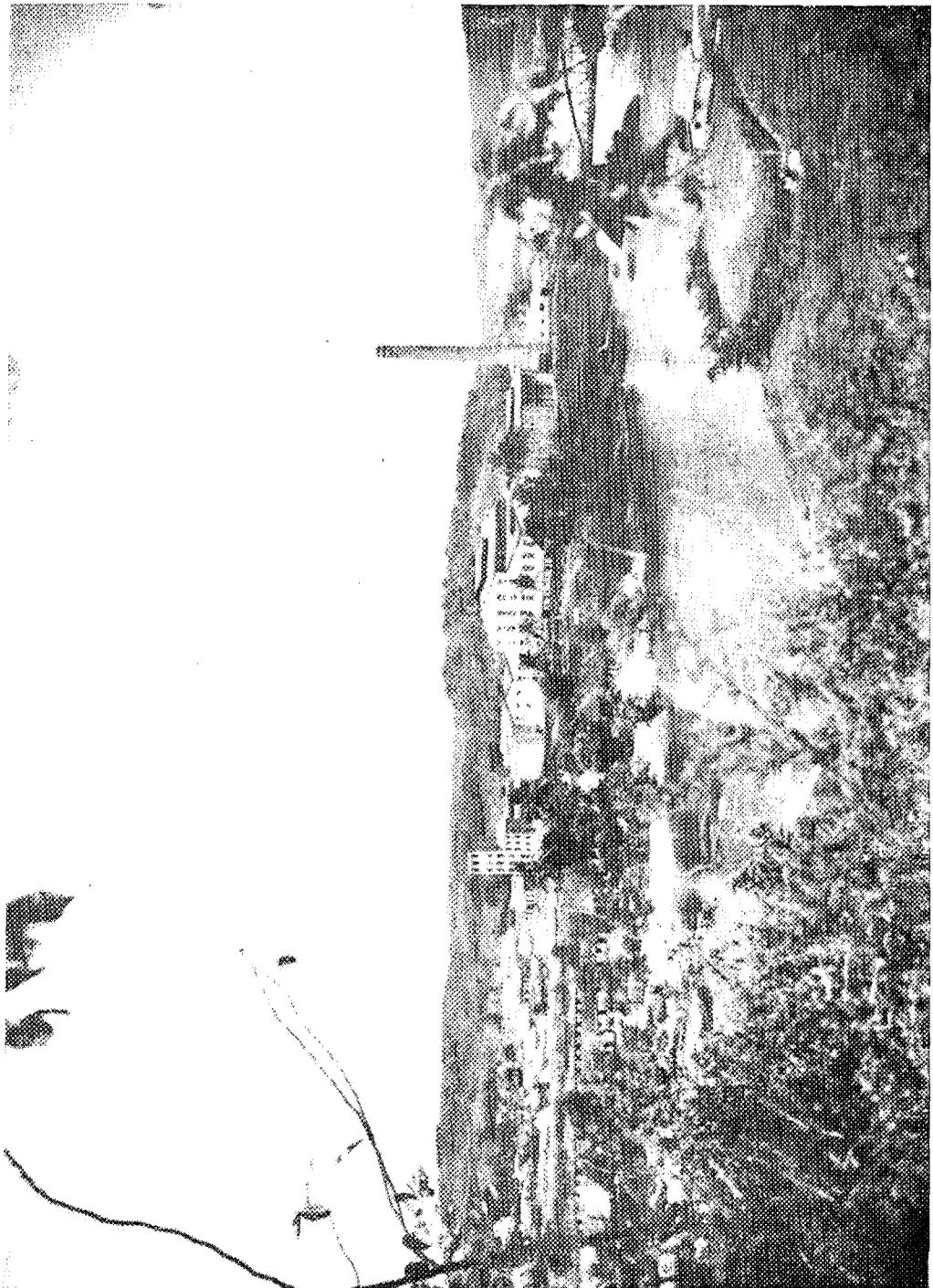
*Primeiro transporte de açúcar,
a pequena distância*

Estrada utilizada para o transporte das canas





Pequeno engenho "banguê"



Usina pernambucana de açúcar

substituição do antigo senhor de engenho se transformando em fornecedor de canas à usina ou no sentido da absorção do engenho banguê pela usina.

Em Pernambuco e Alagoas sempre existiu uma classe de agricultores — o lavrador, que explorando a terra do engenho, pagava ao seu proprietário 50% de renda. Diferia porém, profundamente êsse lavrador, do colono. Enquanto o lavrador era uma espécie de feitor graduado do senhor de engenho, tendo sob suas ordens inúmeros assalariados, variando o número deles, segundo a tonelagem de canas plantadas.

O colono é o próprio trabalhador, pois que “na plantação de café, a família é considerada como um grupo de trabalhadores em que o pai é o chefe. Conforme o número de adultos e de adolescentes que compõem a família assim se confiam ao colono maior ou menor número de cafeeiros; em média, 4.000 a 7.000”. — E nesse regime de trabalho “em regra o colono individua-se durante o primeiro ano de trabalho, no segundo equilibra-se e no terceiro já consegue realizar de 1 a 2 contos de economia”.

Quando após a irrupção do “mosaico” em São Paulo, os canaviais foram renovados e a ante-visão do *crack* do café, sustentado artificialmente por uma política econômica que teria de falhar, forçou o deslocamento de capitais para outras atividades agrícolas e industriais, os antigos e novos usineiros se encontraram ante uma situação de todo especial. Sem nenhuma tradição açucareira que tivesse de ditar normas econômicas e sociais.

Aproveitando a lição do regime do café, os usineiros de São Paulo transplantaram para a exploração dos canaviais a técnica da exploração da lavoura cafeeira. Instituíram o colono — em grande escala — como o pequeno agricultor da lavoura resuscitada.

Temos assim, elementos de comparação mais homogêneos, dentro da própria lavoura canavieira, norteando na exploração, de acôrdo com o meio, com os hábitos e com as regiões.

No Norte, o fornecedor — antigo senhor de engenho, com alto *standard* de vida; sem luxo, porém vivendo decentemente; instalado na vida e precisando viver a sua época, dentro das comodidades que a civilização criou. No Norte a tradição açucareira determinando motivos e exigindo uma apresentação. E num meio em que o rendimento agrícola é baixo, a semente de cana má, a técnica agrícola atrasada, o custo de produção portanto elevado, o preço de cana jamais satisfará. Daí os aborrecimentos constantes, os mal-entendidos permanentes, a luta que por vêzes tem explodido, entre usineiros e fornecedores.

No Sul, o colono é um homem de hábitos por demais simples, e os lucros só existem dada a modéstia com que se apresenta na vida. Vive nos campos, no seu sítio, trabalhando com a própria família, com baixo *standard* de vida, sem representação social alguma, plantando a cana, e ao lado a fava, a mandioca, o feijão, a verdura, bastando-se quasi, com

os filhos em escola primária ou as mais das vezes no cabo da enxada. Trabalha numa terra boa, destocada, com a assistência técnica do usineiro que lhe vende o adubo e lhe entrega a variedade de cana que tem de plantar e arbitra o número de limpas que tem de dar com o cultivador.

Boa semente, boa terra, baixo custo de produção, alto rendimento agrícola, dão um razoável lucro ao colono, vendendo êle por baixo preço a tonelada de cana.

Para contrapor ao fornecedor de cana no Nordeste, tem a indústria açucareira paulista o colono.

Colono que paga em São Paulo devido a uma legislação defeituosa das tabelas de cana, uma renda da terra no valor de 54%, se se tomasse a paridade de preços em relação a Pernambuco.

E, segundo cálculos meus, se em Pernambuco vigorasse o preço médio obtido por São Paulo na última safra, o preço da matéria prima seria de 48\$337 contrastando com o preço de 27\$600, pago pela tabela paulista.

Se em São Paulo tivessem vigorados os preços médios de açúcar obtidos em Pernambuco, aplicando-se a tabela paulista, o preço da tonelada de cana seria de 19\$200, contrastando com o preço de 32\$500, pago pela tabela pernambucana.

O critério do legislador foi absurdamente falho, porque, enquanto facultou dentro dos quadros econômicos do Brasil que, uma região fortalecesse sua indústria açucareira a ponto de torná-la não só a mais florescente mas a mais resistente, deixou uma outra região — o Nordeste — tradicionalmente açucareiro, geograficamente mal situado em relação aos grandes mercados consumidores, a comprar uma matéria prima inferior, a preço muito mais elevado que em S. Paulo, criando uma verdadeira anomalia dos valores da mesma tonelada de cana.

O equilíbrio político é resultante dum equilíbrio econômico. A solidariedade nacional se atenua quando aos responsáveis pela vitalidade do país escapa a solução de problemas vitais para uma região.

E deixar se esfacelar uma região outrora o centro econômico do Brasil — o Nordeste açucareiro — pela falta de resolução dos seus problemas, será além de deshumano, desalentador à nossa capacidade de povo novo.

Renovação Se a política econômica da Amazônia é a borracha, se a da Baía o cacau, a de São Paulo o café, a de Minas Gerais a metalurgia, a do Paraná o mate, a de Pernambuco e Alagoas é a política da água. E como em quasi tôdas as partes do universo onde é preciso se integrar o homem ao solo, criar riquezas e salvar zonas atingidas pela irregularidade do clima, compete ao Governo acudir em favor das populações e das classes produtoras, é necessário se fazer de irrigação função de Governo, na zona da mata do Nordeste, barrando

os rios permanentes, armazenando as caudais impetuosas que descem do sertão e que se espriam sem nenhum benefício, construindo barragens no velho Capibaribe, interceptando suas três ou quatro fúrias anuais de enxurradas. Dando uma finalidade à tóda rede hidrográfica dos Estados de Pernambuco e Alagoas.

De tal necessidade é essa obra que em troca do favor governamental facultando se produzir em vez de trinta toneladas por hectare, o triplo ou mais, que o pagamento do benefício poderá ser feito, entregando ao Govêrno as terras excedentes às necessidades agrícolas e pastorís do usineiro, que bastaria ficar com a área de terra suficiente para o seu limite de produção, terra em repouso, em rotação de cultura e matas.

Essa área excedente o Govêrno, proibindo o plantio de cana, dividiria em pequenas propriedades para exploração de leguminosas alimentícias, cereais, farinha de mandioca e frutas. Só assim haverá a garantia de gêneros de alimentação, na única zona úmida do Nordeste.

Não haveria tropeços nessa política de melhor distribuição da terra, porque o usineiro só é latifundiário devido à necessidade de suprimento de matéria prima. Logo que êsse suprimento estivesse garantido não seria a vaidade de olhar do alto da sua casa-grande o sol nascer e se pôr, atraz dos acidentes topográficos de sua extensa propriedade, que o tornaria um possuidor exagerado de terras.

Seria resolvido o problema social da terra no Nordeste.

E com a água, teremos garantida a impossibilidade do deslocamento do centro de gravidade de produção do Norte para o Sul. Teremos solucionado o desolador problema do salário, elevando a população rural à uma situação que a dignifique e nos enobreça.

Teremos a renovação imediata da semente da cana, se bem que isso seja possível sem a imediata solução do problema da água. Com a adubação, praticaremos a cultura intensiva, pois que nada vale adubar, para se ficar à espera de que chova.

E a cana de açúcar com o seu raizame sugando a água que o homem controla, que o homem cientificamente distribue, se redimirá de tantos males que a fatalidade lhe atribuiu.

Então, o Nordeste retendo o que a tradição econômica lhe garantiu, terá conseguido dentro dos quadros nacionais, o lugar de destaque que a sua civilização açucareira criou.

E com os novos elementos de progresso, mesmo com uma maior distribuição geográfica da cana de açúcar através de todo o vasto território do Brasil, — o Nordeste açucareiro encontrará o seu destino.

Ninguém mais, então perguntará: Qual o destino histórico do Nordeste ?

RESUMÉ — RESUMEN — RIASSUNTO — SUMMARY — ZUSAMMENFASSUNG — RESUMO

Mr. Gileno Dé Carli, chef de la Section des Etudes Économiques de l'Institut du Sucre et de l'Alcool, auteur de plusieurs oeuvres spécialisées sur la canne à sucre et sur l'acool, depuis la partie historique jusqu'à sa géographie économique et sociale, donne dans ce travail la synthèse de la fonction civilisatrice de la canne à sucre au Brésil.

D'entrée, il donne la mesure à travers l'histoire économique du Brésil, jusqu'où le sucre produisit une orientation sur ses destins, destins influencés depuis que la canne à sucre se localisa sur le littoral nord cherchant à parsemer, dans un mouvement intensif, des engins primitifs ("bangués") sur les rives des cours d'eau de Pernambuco.

Avec l'influence de la canne à sucre sur les destins économiques et sociaux de la région, l'auteur décrit comment se fonda le régime des terres; la façon comment se processa la formation de "latifundio" (grande étendue de terres rurales), et principalement des latifundios sucriers; la lutte de l'engin contre l'engin (moulin à sucre) et, ensuite, la lutte terrible entre l'usine à sucre et les engins "bangués", et encore plus récemment de la grande contre la petite usine; tout cela concentré et bien détaillé par l'auteur.

Dans le régime de propriété des terres, Monsieur Gileno Dé Carli dédouble le panorama humain du travail agricole. En premier lieu le travail esclave, et ensuite l'illusoire sensation de liberté. Les données sur le standard de vie du travailleur rural sont des indices alarmants. L'auteur arrive à la minute du calcul de dépenses et recettes de calories "per capita", après une enquête qu'il fit auprès des propres travailleurs. Ce budget d'alimentation est dépendant d'un autre point de vue abordé: du salaire rural.

Dans l'étude de l'économie et de la géographie économique des régions sucrières, Monsieur Gileno Dé Carli recherche les causes primordiales du stationnement de la classique zone cannevière (cannale) du pays: le Nord-Est. Dans cette recherche il rencontrera ce qu'il nomme avec beaucoup d'à-propos "imperialisme de la cannebeurre", comme le fondement de la routine. La canne-beurre fût une variété obtenue par un certain Monsieur d'un engin pernambouque, quand les notables stations expérimentales de canne à sucre de tout le monde ne traitaient pas encore sérieusement de la matière.

Initialement, la canne-beurre substitua très bien la canne "cayenne" endommagée par le gonose. Avec la reproduction, la variété se dégénéra au point de ne plus correspondre, aujourd'hui, en richesse et rendement, aux nécessités d'une agriculture moderne. Dans le Nord-Est, cependant, les agriculteurs accoutumés à la vieille variété résistent au changement. De là l'imperialisme de la canne-beurre avoir entraîné l'appauvrissement des anciennes régions sucrières.

Ensuite, en 1923, apparaît à São Paulo une maladie de la canne à sucre, de grande virulence, le mosaïque. Et le mosaïque modifia profondément le paysage sucrier au Brésil. Il fit comme quoi, au sud, les producteurs renouvelaient leurs cultures, substituant les anciennes variétés par les cannes nobles: les javanaises. Ce fût la cause de la modification du paysage sucrier, parce qu'advenu en grande escale seulement dans les régions méridionales. Dans le Nord-Est continuait la canne-beurre. Et pour cela, un péril énorme menaçait cette zone productrice. La deslocation de l'axe de production du sucre au Brésil était imminente, du nord vers le sud.

Un autre point visé par l'auteur du travail, est celui qu'il dénomine de phénomène pauliste. Comment São Paulo devint grand producteur de sucre, quelle est sa technique de travail, et comment il imposa son colon, comme avantage, au fournisseur de canne du nord-est, l'ancien maître du moulin à sucre.

Finalement, Monsieur Gileno Dé Carli fournit la solution du problème dans la politique hydraulique, afin que, dorénavant, personne ne demande plus quel sera le destin historique du Nord-Est.

El señor Gileno Dé Carli, jefe de la Sección de Estudios Económicos del Instituto del Azúcar y del Alcohol, autor de varias obras especializadas sobre la caña dulce y sobre el azúcar, de la parte histórica hasta su geografía económica y social, da en ese trabajo la síntesis de la función civilizadora de la caña de azúcar en el Brasil.

De principio da la medida, por medio de la historia económica del Brasil, hasta donde el azúcar ha dado una orientación en sus destinos, destinos influenciados desde que la caña dulce se localizó en la costa nordestina, buscando en un movimiento intensivo esparcir ingenios "bangués" (ingenios primitivos), a la margen de los ríos pernambucanos.

Con la influencia de la caña de azúcar en los destinos económicos y sociales de la región, el autor describe como se fundó el régimen de las tierras; la manera por que se procesó la formación del latifundio, y principalmente de los latifundios azucareros. La lucha de ingenio contra ingenio, y después la lucha tremenda entre la fábrica de azúcar y los ingenios "bangués", y más recientemente de la gran fábrica contra la chica, todo eso es focalizado con bastante detalle por el autor.

Dentro de ese régimen de propiedad de la tierra, desdobra el señor Gileno Dé Carli el panorama humano del trabajo agrícola. A principio el trabajo esclavo y después la ilusoria sensación de una libertad. Los datos acerca del padrón de vida del trabajador rural son índices alarmantes. Llega el autor a la minucia del cálculo de despesas y recetas de calorías "per capita", después de una inquisición que hizo junto a los propios trabajadores. Ese cálculo de la alimentación está dependiente de un otro punto abordado, el del salario rural.

En el estudio de la economía y de la geografía económica de las regiones azucareras, el señor Gileno Dé Carli investiga las causas primordiales del estacionamiento de la clásica zona de cañaverales del país: el Nordeste. En esa pesquisa va encontrar lo que apropiadamente llama de "imperialismo de la caña manteca", como el fundamento de la rutina. La caña manteca fué una variedad obtida por un señor de ingenio pernambucano, por vía reclusa, cuando las notables estaciones experimentales de caña de azúcar aun no cuidaban seriamente del asunto.

A principio la caña manteca substituyó muy bien la caña "calana", vitimada por el gonosis. Con la reproducción adecuada, la variedad se fué degradando, a punto de hoy no más corresponder, en riqueza y rendimiento, a las necesidades de una agricultura moderna. Pero en el Nordeste los agricultores, acostumbrados a la vieja variedad, resisten al cambio. En consecuencia el imperialismo de la caña manteca trace el empobrecimiento de las antiguas regiones azucareras.

Después, en 1923, aparec^o en S. Paulo, una molestia en la caña dulce de gran virulencia: el "mosaico". Y el "mosaico" produjo hondas modificaciones en el paisaje azucarero del Brasil. Hizo con que los productores del Sur renovasen sus plantaciones, substituyendo las antiguas variedades por las cañas nobles, las javanasas. Ese facto fué la causa de la modificación del paisaje azucarero, porque solo ocurrió en gran escala en las regiones meridionales. En el Nordeste continuaba la "manteiga". Y, por eso, un gran peligro amenazó esa zona productora. Era inminente el deslocamiento del eje de producción de azúcar en el Brasil de Norte hacia el Sur.

Otro punto aludido por el autor del trabajo es lo que él denomina de fenómeno paulista. Como S. Paulo se volvió gran productor de azúcar; cual su técnica de trabajo; y como él, con ventaja antepuso su peón al proveedor de caña del Nordeste, el antiguo señor de ingenio.

Por fin, el señor Gileno Dé Carli dió una solución del problema en la política hidraulica, para que nadie más pregunte cual el destino historico del Nordeste.

Gileno Dé Carli, capo della Sezione di Studi Economici dell' Instituto dello Zucchero e dell' Alcool, autore di varie monografie relative alla canna da zucchero ed allo zucchero, di carattere storico, geografico, economico e sociale, sintetizza in questo suo lavoro la funzione civilizzatrice della canna da zucchero nel Brasile.

Riandando la storia economica del paese, l'autore mostra quanto influi lo zucchero sull' orientamento dei suoi destini, fino da quando la coltura della canna si localizzò nel littorale del Nord-est, con un intenso movimento di propagazione delle piantagioni e delle primitive fabbriche di zucchero lungo le riva dei fiumi pernambucani.

L'autore descrive l'influenza della canna da zucchero sulle sorti economiche e sociali della regione; narra come si formò il latifondo, e in particolare quello zuccherero. Descrive con abbondanza di particolari la concorrenza tra fabbrica e fabbrica; la successiva formidabile lotta delle fabbriche con attrezzamento moderno contro quelle primitive, e infine la concorrenza tra i maggiori e i minori stabilimenti moderni.

All'esposizione del regime di proprietà delle terre, l'autore intreccia quella del lavoro agricolo. Prima, il lavoro dello schiavo, poi la sensazione illusoria della libertà. I dati sul tenore medio di vita del lavoratore rurale sono allarmanti. L'autore giunge al calcolo delle calorie assorbite e spese per persona, mercè un'inchiesta eseguita tra i lavoratori stessi. Questo bilancio alimentare sta in relazione con un altro argomento studiato, cioè col salario rurale.

Investigando l'economia e la geografia economica delle regioni produttrici di zucchero, il Dé Carli indaga le cause prime dello stato stazionario della classica zona zuccheriera del paese, il Nordest.

In questa ricerca trova come causa principale di tale stasi quello che chiama "dominio della canna manteiga". La canna "manteiga" fu una varietà ottenuta empiricamente da un coltivatore pernambucano, quando ancora l'argomento non era stato oggetto di ricerca da parte delle grandi stazioni sperimentali di canna da zucchero, sorte in vari paesi.

In principio la canna "manteiga" sostituì molto bene la canna "calana", attaccata dal "gonose". Col riprodursi, la varietà peggiorò tanto da non corrispondere più, oggi, in produzione e rendimento, alle esigenze della moderna agricoltura. Ma, nel Nordest, gli agricoltori, abituati alla vecchia varietà, sono restii a cambiamenti. Perciò il dominio della canna "manteiga" cagiona un impoverimento delle antiche regioni produttrici di zucchero.

Più tardi, nel 1923, apparve in São Paulo una malattia della canna da zucchero, di grande virulenza, il "mosaico", che cagionò profonde modificazioni nell'assetto della produzione dello zucchero nel Brasile. Negli stati meridionali indusse i produttori a rinnovare le coltivazioni, sostituendo alle antiche varietà le canne nobili, javanesi. Questo fatto modificò la distribuzione della produzione dello zucchero, perché si verificò su larga scala soltanto nelle regioni meridionali. Nel Nordest, continuò la canna "manteiga". Per conseguenza un grave pericolo minacciò questa zona produttrice; apparve imminente lo spostamento del centro di gravità della produzione zuccheriera da Nord verso Sud.

Un altro argomento cui allude l'autore, è quello che chiama "fenomeno paulista": come São Paulo divenne grande produttore di zucchero, qual è la sua tecnica di lavoro, e come il suo colono riuscì a vincere il produttore di canna del Nordest, l'antico "padrone di officini zuccheriera".

Infine il Dé Carli indica la soluzione del problema, che a suo modo di vedere sta nella politica idraulica, atta a restaurare le sorti del Nordest.

Mr. Gileno Dé Carli, chief of the Section of Economic Studies of the Alcohol and Sugar Institute, author of several specialized works dealing with sugar cane and sugar, from its historical rôle to its social and economic geography, sets forth in this paper a conspectus of the civilising function of sugar cane in Brazil.

From the beginning he shows, through the economical history of Brazil, up to what point sugar exerted a guiding influence in the country's destiny, which suffered this influence ever since sugar cane found a home in the northeastern littoral, endeavouring intensively to set up primitive crushing plants on the banks of the rivers of the State of Pernambuco.

Under the spell of such an influence in the economic and social destinies of that region, the author gives a description of the foundation of the land ownership régime; of the manner of the formation of immense landed estates, chiefly those under sugar cane. The strife among the crushing plants and, later, the tremendous struggle between the modern mill and the primitive ones and, more recently still, the fight waged by the big mill against the small, all these are items which he focuses with a wealth of detail.

Within this régime of land ownership Mr. Carli unfolds the human panorama of agricultural labour. First slave labour, then the illusory feeling of freedom. The data on the standard of living of the agricultural labourer are alarming indexes. He delves into minute calculations of output and intake of calories "per capita", after an inquiry made among the labourers themselves. This budget of food is dependent upon another point tackled, namely that of the rural wages.

In his studies of the economics and geographical economy of the sugar regions he investigates the primary causes of the stagnation of the classic sugar cane region of the country, the Northeast. Here he discovers what he adequately calls the "Imperialism of the soft cane"

(butter brand) as the basic reason for routine. This brand of cane was a variety obtained by a Pernambuco mill master by backward methods, before the modern experimental sugar cane nurseries in the whole world took the question seriously.

At first the soft cane substituted very well the Cayenne species, attacked by gonosis. By adequate reproduction the variety degenerated and, today, it no longer corresponds either in wealth or yield to the needs of modern agriculture. In the Northeast the planters, however, accustomed to the old variety, are stubborn to the change. Hence the imperialism of this species being the cause of the impoverishment of the old sugar cane regions.

In 1923 there appeared in S. Paulo a disease of the cane of great virulence, namely the "mosaic". It was responsible for a alteration in the sugar picture of the country. In the South it made the planters renew their crops changing over to the noble species, the Javanese. This only happened in the South of Brazil. In the Northeast the soft cane still continued. This zone was faced with a great danger, the shifting of the axis of sugar cane production in Brazil from the North to the South.

Another point taken up is what the author calls the Paulista phenomenon. How the State of S. Paulo became a large producer; what was its technique of work and how it managed advantageously to place the southern colonist against the northeastern sugar cane supplier, the old Master of the Mill.

To finish with Mr. Gileno Dé Carli offers a solution to the drought problem, in the hydraulic policy, so that the question: "What is the historic destination of the Northeast?" need never be asked again.

Herr Dr. Gileno Dé Carli, Sektionschef der Abteilung für die wirtschaftlichen Studien des Zucker und Alkoholinstituts, Autor von verschiedenen spezialisierten Werken über Rohrzucker und über Zucker, in denen er sowohl den historischen Teil wie auch die geographischen, wirtschaftlichen und sozialen Gesichtspunkte behandelt, gibt in diesem, seinen neuen Werk eine Zusammenfassung der zivilisierenden Wirkung des Zuckerrohrs in Brasilien.

Zuerst gibt er einen Überblick durch die Wirtschaftsgeschichte von Brasilien, bis zu dem Punkt als der Zucker den Stempel seines Wirkens auf die Entwicklung der Wirtschaft aufzudrücken begann, das heisst von dem Zeitpunkt an, als das Zuckerrohr sich an der nord-östlichen Küste festgesetzt hatte und als die verschiedenen Zuckermühlen an den Ufern der Flüsse Pernambuco entstanden.

Mit der Schilderung des Einflusses des Zuckerrohrs auf die wirtschaftlichen und sozialen Geschehnisse dieser Gegend beschreibt der Autor gleichzeitig wie sich das Regimen der Ländereien entwickelt hat; die Art wie sich die Latifundien gebildet haben, besonders die Zucker-Latifundien. Der Kampf der Zuckermühlen gegen einander und dann später der unerbitterliche Streit der grossen Mühlen gegen die kleineren ist ein Kampf, der noch heute beobachtet werden kann, all das hat der Autor meisterhaft geschildert.

In diesem Regimen des Besitzes der Ländereien zeigt Dr. Dé Carli das Bild der menschlichen Arbeit. Zuerst die Arbeit der Sklaven und dann später die illusionistische Sensation einer Freiheit. Die Angaben über den "Lebensstandart" des Landarbeiters sind erschütternd. Der Autor zeigt die genau auskalkulierten Zahlen der Ein- und Ausgaben, wie auch die Kalorien "per capita" nach genauen Forschungen, die er unter den Arbeitern selber angestellt hat. Diese Ziffern hängen von einem anderen Punkt ab, nämlich von dem Gehalt der Landarbeiter.

In seiner Abhandlung über die Wirtschaft und Geographie der Gegenden des Zuckers, studiert Dr. Dé Carli auch die Gründe der Fixierung der klassischen Zuckergegend des Landes: Der Nord-Osten. Er versucht uns klarzulegen, dass das, was er den "Imperialismus des "Butter-Rohrs" nennt, seinen Grund in der Routine hat. Dieses besondere Zuckerrohr war eine varietät, die einer der Zuckerplantageninhaber in Pernambuco gezogen hatte, als die Experimentierstationen der Welt noch nicht ernstlich sich mit diesen Fragen beschäftigt hatten.

Anfänglich ersetzte dieses "Butter" — Zuckerrohr das Rohr "Calana", welches durch die "Gonose" sehr geschädigt worden war. Diese Art wurde jedoch mit der Zeit degeneriert, so dass sie heute weder in Qualität noch in Ertrag den Notwendigkeiten der modernen Landwirtschaft genügt. Im Nord-Osten aber widerstehen die Landwirte, die an die alte Arbeit gewöhnt sind, einem Wechsel. Daher der Imperialismus des "Butter"-Zuckerrohrs, der die Verarmung der alten Zuckergegenden nach sich zieht.

Im Jahre 1923 kam plötzlich in São Paulo eine Krankheit des Zuckerrohrs auf, die mit grösster Heftigkeit wütete: der "mosaic". Und dieser "mosaic" änderte grundlegend die ganze Zuckerlage Brasiliens. Im Süden verursachte er die Erneuerung der gesamten Kulturen; die alten Zuckerrohr wurden durch neue ersetzt, durch das "Java" Rohr. Das war der Grund einer vollständigen Veränderung der Lage des Zuckers, weil die Substituierung in grossem Masstab nur in den südlichen Gegenden angewandt wurde. Im Nord-Osten wurde das "Butter" zuckerrohr beibehalten. Daher die grosse Gefahr für die gegend der Zuckerproduktion im Norden. Die Verschiebung der Produktionsachse vom Norden nach dem Süden Brasiliens war beinahe unaufhaltbar.

Ein anderer wichtiger Punkt, den der Autor behandelt, ist der, den er das "Phenomän von São Paulo" nennt. Er erwähnt wie São Paulo auch in der Zuckerproduktion gross wurde; wie seine Technik und Arbeitsweise ist; und wie es den Herren der alten Zuckermühlen mit ihren Arbeitern die Kolonnen entgegen setzte, und dabei grossen Vorteil hatte.

Zum Schluss gibt Dr. Dé Carli die Lösung des Problems: Die hydraulische Politik — damit niemand mehr fragt, was die Zukunft der geschichtlichen Geschehnisse des Nord-Ostens Brasiliens sei.

Sinjoro Gileno Dé Carli, chefe de la Sekcio de Ekonomiaj Studoj de l' Instituto pri Sukero kaj Alkoholo, aŭtoro de diversaj verkoj specialigitaj pri la sukerkano kaj la sukero, ekde ĝia historia parto ĝis ĝia ekonomia kaj socia geografio, prezentas en tiu ĉi artikolo la sintezon de la civilizanta funkcio de la sukerkano en Brazilo.

Komence li donas la mezuron, tra la brazila ekonomia historio, ĝis kie la sukero donis orientadon al ĝiaj destinoj, kiuj estis influitaj de kiam la sukerkano lokigis ĉe la nordorienta marbordo, serĉante per intensa movo dissemi sukerfabrikojn "banguês" (primitivaj) borde de la riveroj de Stato Pernambuco.

Pro la influo de la sukerkano super la ekonomiaj kaj sociaj destinoj de la regiono, la aŭtoro priskribas kiel stariĝis la reĝimo de la teroj, la maniero per kiu stariĝis la kreado de latifundio, kaj precipe de la sukerindustriaj latifundioj. La batalo de sukerfabriko kontraŭ sukerfabriko kaj poste la grandega batalo inter la sukeruzino kaj la sukerfabrikoj "bangués" kaj pli freŝdate de la granda uzino kontraŭ la malgrandaj, ĉio tio estas detalege enfokusigita de la aŭtoro.

Ĉe tiu reĝimo de terposedaĵo s-ro Gileno Dé Carli vaste preparolas pri la homa panoramo de la terkultura laboro. Komence la sklava laboro kaj poste la iluzia sensacio de libereco. La elementoj pri la "standard" de vivo de la kampara laboristo estas alarmaj montriĵoj pri tio. La aŭtoro eĉ faras la kalkulon de elspezoj kaj enspezoj de kalorioj "por ĉapita", post enketo farita ĉe la laboristoj. Tiu printrada budĝeto dependas de alia alparolita punkto, nome tiu de la kampara salaĵo.

Ĉe la studo pri la ekonomio kaj la ekonomia geografio de la sukerindustriaj regionoj s-ro Gileno Dé Carli traserĉas la ĉefajn kaŭzojn de la haltado de l'klasika sukerkana zono de la lando: la Nordoriento. En tiu enketo li trovas tion, kion oni proprece nomas "imperialismo de la buter-sukerkano", kiel la fundamento de la rutino. La buter-sukerkano estis subspeco navigita de sukerfabrikisto el Pernambuco, per malprogresinta vojo, kiam la notindaj eksperimentaj sukerkan-stacioj ankoraŭ ne zorgis serioze pri tiu afero.

De komenco la buter-sukerkano anstataŭis tre bone la sukerkanon kajenan, viktimitan de la "gonose". Per la konvena reproduktado la subspeco degeneradis tiamaniere, ke ĝi ne respondas plu hodiaŭ, je riĉeco kaj rento, al la necesoj de moderna terkulturaĵo. Sed en la Oriento la terkulturistoj kutimitaj al la malnova subspeco rezistas al la ŝanĝo. Sekve de tio la imperialismo de la buter-sukerkano okazigis la malriĉigon de la antikvaj sukerindustriaj regionoj.

Poste, en 1923, tre virulenta malsano atakis la sukerkanon: la "mosaiko" (*mozajko*). Kiu profunde modifis la sukerpejzajn en Brazilo. El tio rezultis, ke en la Sudo oni modifis la kulturojn de la produktoj, anstataŭigante la antikvajn subspecojn per la nobelaj sukerkanoj, la javaj. Tiu fakto estis la kaŭzo de la modifo de la sukerpejzaĵo, ĉar ĝi okazis grandskale nur en la sudaj regionoj. En la Nordoriento daŭradis la "buter-sukerkano". Kaj tial grandega danĝero minacis tiun produktantan zonon. Estis tuj okazonta la aksdelokigo de la sukerproduktado en Brazilo, de la Nordo ĝis la Sudo.

Alia punkto citita de la aŭtoro de tiu ĉi artikolo estas tiu, kiun li nomas fenomeno el S. Paulo. Li klarigis kiel tiu ĉi ŝtato iĝis granda suker-produktanto, kia estris ĝia labortekniko kaj kiel ĝi profite trudis sian kolonianon al la liveranto de la nordorienta sukerkano, la antikva sukerfabrikisto.

Fine s-ro Gileno Dé Carli donis la solvon de la problemo, ĉe la hidraŭlika politiko, por ke neniu demandu plu, kiu estas la historia destino de la Nordoriento.

Eis aqui um caminho prático para o seu patriotismo: — ajude o Serviço Nacional do Recenseamento a fazer os próximos Censos Brasileiros